

O Ato da leitura no encontro entre literatura e psicanálise

Ana Augusta Wanderley Rodrigues de Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO: O artigo convida à reflexão acerca da dinâmica que constitui o ato de ler e de seus possíveis efeitos sobre o leitor a partir dos pontos de vista da teoria literária e da psicanálise, objetivando detectar pontos de aproximação entre as concepções. Tomam-se alguns aspectos relativos ao tema em ambas as teorias e procede-se ao trabalho de articulação entre eles. Visa-se contribuir com a produção de saber em cada um dos campos bem como na confluência entre eles, já sistematizada em linhas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e Psicanálise. Leitura – Literatura e Psicanálise. Leitor – Literatura e Psicanálise. Leitura e efeito.

ABSTRACT: The article invites to a reflection about the reading dynamic and its possible effects on the reader starting from the literary theory and psychoanalysis approach to detect points of convergence between the conceptions. Some aspects about the subject are shown in both theories and the process of articulation is made based on them. The aim is to contribute to the production of knowledge in each field as well as to the confluence between them, already systematized in research lines.

KEYWORDS: Literature and Psychoanalysis. Reading – Literature and Psychoanalysis. Reading – Literature and Psychoanalysis. Reading and Effect.

O texto que o senhor escreve tem que me dar provas de que ele me deseja. Essa prova existe: é a escritura. A escritura é isto: a ciência das fruições da linguagem, seu *kama-sutra* (dessa ciência só há um tratado: a própria escritura).

Roland Barthes

Leitura e constituição do sujeito em Freud

Desde os primórdios da psicanálise, encontramos referências a um modo específico de leitura, que diz respeito à própria constituição do sujeito na forma como é concebido por essa teoria. Toda relação do ser humano com o mundo, consigo mesmo e com o outro dependeria, segundo Freud (1977a), da intermediação dessa leitura, efetivada pelo Eu. Tal instância psíquica seria formada justamente na medida em que executaria sua função de ler, diferenciando-se assim do mundo e, por isso mesmo, sendo capaz de estabelecer relações com ele. O intuito do processo seria, em última instância, a própria sobrevivência do Eu, pois a leitura consistiria na verificação das possibilidades de agir no mundo em busca da satisfação das necessidades através de objetos e ações adequados. O aparelho psíquico seria obrigado a abandonar sua tendência à busca imediata de satisfação, pois, na falta de um objeto adequado, até mesmo formas alucinadas de objetos poderiam ser ativadas mediante a força da pressão das pulsões. Entretanto, o objeto alucinado bem como o inadequado não seria suficiente para atender às necessidades vitais

e poderia ser potencialmente danoso. Essa busca de satisfação em curto-circuito – isto é, sem consideração pela verificação da realidade –, mecanismo por excelência do que foi designado por Freud como “processos psíquicos primários”, (FREUD, 1977b, p. 640) precisaria, portanto, ser inibida.

[...] Ao inibir os processos primários, e construir pensosamente um acesso ao mundo de “fora”, o psiquismo não conseguiria evitar perder uma parte de si mesmo.

A busca de objetos de satisfação no plano da realidade “externa” via ação motora, exigiria a intermediação do Eu. Uma vez constituída, essa instância controlaria a motilidade; regularia o acesso do sujeito a si e ao mundo. A partir de então, para chegar a realizar-se numa “ação específica” toda e qualquer aspiração do sujeito precisaria ser legível, antes de tudo, pelo Eu. Tal legibilidade, porém, não seria automática. Exigiria uma tradução em palavras. Só que esta tradução seria sempre, e necessariamente, incompleta (CRESPO, 2003, p. 15).

A legibilidade realizada pelo Eu implicaria, então, uma tradução de um tipo de registro a outro. As marcas primeiras das excitações, advindas tanto da realidade externa, quanto do próprio organismo, não se dariam na forma de palavras, seriam traços, cuja grande maioria jamais chegaria a ser traduzida por elas. Para Freud (1977a), haveria um vasto campo no psiquismo que poderia ser considerado heterogêneo à palavra, um campo mudo e ilegível, opaco que, no entanto, insistiria pressionando o psiquismo, reivindicando tradução, pois dessa última viria a possibilidade de encontro com os objetos do mundo.

No início de sua teorização, Freud (1977a) estabeleceu um primeiro esquema para descrever o funcionamento psíquico. Essa etapa foi designada por alguns estudiosos da obra como “primeira tópica”, na qual o autor propunha três instâncias ou sistemas, com lógicas de funcionamento e funções distintas, o Inconsciente, o Pré-Consciente e o Consciente. O registro das excitações seria feito inicialmente pelos órgãos dos sentidos e, então, elas seriam codificadas como signos perceptivos no Inconsciente. O registro no Inconsciente já equivaleria a uma transcrição dos registros perceptivos. As excitações passariam a ser memórias inconscientes dos registros perceptivos, que não poderiam chegar diretamente à consciência. As imagens verbais pertencentes ao Eu só entrariam em cena no Pré-Consciente, que equivaleria, portanto, a um terceiro registro. Somente a partir dessa última transcrição, os elementos seriam passíveis de atingir a consciência, embora esse acesso não seja uma garantia. Vale ressaltar que Freud antecede os linguistas nessas elaborações.

Parecia haver, nesse momento, uma equivalência entre o Eu e o sistema Consciente. Mas as observações clínicas de Freud sempre o levaram a entrever uma fratura no sujeito, um conflito que parecia não admitir uma integridade dessa espécie. Mesmo naquilo que se chama Eu, há uma região do ilegível que se mostra. Surge, então, a “segunda tópica”, na qual os “lugares” psíquicos são o Id, o Ego e o Superego. A nova proposta não inviabiliza a primeira, mas permite inserir novos dados ao modelo de funcionamento psíquico. O Id será considerado uma diferenciação do Ego correspondendo justamente à sua parte ilegível, indizível. Será o “reservatório da libido” (FREUD, 1977c, p. 44).

Fugiria à presente proposta esmiuçar os detalhes do “aparelho psíquico” esquematizado por Freud. Diante da demonstração, mesmo sucinta, de que na teoria freudiana o sujeito se constitui a partir de leituras, transcrições e traduções de registros de sensações, é preciso ainda esclarecer que essa constituição é uma dinâmica permanente, que esses processos não abarcam apenas o momento inicial da constituição, mas, ao contrário, são a própria forma de o sujeito estar no mundo, com seus equívocos, tropeços, mas também com os seus eventuais laços e possibilidades de produção de sentido. Essa hipótese parece indicar que as leituras são fundamentais para o enlace entre o sujeito e o mundo. Que dizer, então, da leitura literária? Haveria a possibilidade de considerá-la também constitutiva de algum tipo de subjetividade?

Leitura e clínica psicanalítica

Muitos estudos psicanalíticos se debruçaram sobre a leitura de textos literários e seus efeitos. Na clínica psicanalítica, a função do analista é a leitura das formações do Inconsciente daquele que as produz. Encontramos em Jean-Guy Godin (2000) a ressalva ética de que, nesse caso, há o leitor que se eximir de qualquer fruição do texto. Não que possa haver isenção nessa leitura feita pelo analista, pois ele entra aí com seu desejo e passa a fazer parte do texto que lê. A isenção equivaleria a um desejo puro que, na teorização lacaniana, diria respeito a um desejo de morte. O desejo do analista não é puro; é desejo de que o “analisante” passe a fazer funcionar o seu próprio desejo como causa (de novas possibilidades de escrita a serem lidas?).

Ora, como concatenar o fato de haver desejo na leitura e, ao mesmo tempo, uma suspensão necessária da fruição ou do gozo que poderia provir dela? A estratégia proposta é que o analista esteja em dia com seu próprio Inconsciente, que tenha operado aquelas traduções e transcrições que dizem respeito à sua própria subjetividade. Isso lhe permitiria, mesmo que nem sempre consiga fazê-lo de antemão, manter o seu gozo suspenso na prática analítica e aguardar o momento em que ele possa surgir, por exemplo, na leitura literária. Mas, no momento em que um analista lê um texto literário, há analista? Ou os efeitos do texto sobre ele seriam os mesmos produzidos sobre todo leitor? Quanto a isso, podemos acompanhar Godin na afirmação de que não há um “método psicanalítico” de leitura do texto literário. Não há psicanálise aplicada a nenhum campo que não seja a própria clínica da psicanálise, isso é, não há psicanálise que não seja dirigida “a um sujeito que fala e escuta” (LACAN, apud GODIN, 2000, p. 98). O texto não é, evidentemente, um sujeito, mas a leitura que lhe dirigimos deve equivaler, em parte, à escuta do sujeito.

[...] Da mesma maneira que numa análise só temos que operar com que o paciente diz – e que podemos ser entravados por um saber que vem de outra boca – diante de um texto, só temos que operar com o que o autor escreve. A razão do texto encontra-se no próprio texto. É a estrutura do texto que responde por seu efeito (GODIN, 2000, p. 98).

A leitura na psicanálise e na literatura

Há um ponto em que, parece, a leitura psicanalítica exercida na clínica e a leitura de um texto literário podem coincidir. Isso depende de

que o leitor, ocupe ele ou não a função de psicanalista, vise no texto algo além ou aquém de um sentido pleno. O textual visado pela psicanálise e também por outras leituras é aquilo que, no texto, permite que se mantenha o espaço do não-sentido, do não preenchimento das entrelinhas, como pretendia Clarice Lispector (1999, p. 385). O saber todo não é possível, nem almejado, nem no texto nem no sujeito, pois isso teria o efeito de cristalizá-los, matá-los como causas em potencial da nova escrita e da nova leitura. Seria preciso que se deixasse respirar, tanto texto quanto sujeito, através da frincha do impossível de ser dito. Que se preservasse o espaço da ilegibilidade, já que ele é inabalável pelo próprio fato de que a linguagem não é capaz de ler todo o mundo, todo o sujeito, todo o texto. Para Lacan, a leitura que importa é aquela na qual “[...] o que se lê passa através da escrita, ali permanecendo indene” (LACAN, 1988, p. 263).

Eis o que certa vertente psicanalítica privilegia na leitura, seja do texto literário, seja das formações do Inconsciente na clínica: que o Real – termo do qual Lacan se serve para designar o impossível de simbolizar – não sofra investidas que objetivem encobri-lo, mesmo que esse intento seja irrealizável. Entretanto, o próprio fato de que o Real corresponda ao indizível, o qual, no dizer de Lacan, mantém seu lugar indene, faria com que sua aparição só ocorresse no entrelaçamento com o dizível. O “dizível” são as produções simbólicas que, por sua vez, não se constituem sem o imaginário. Tais produções,

[...] mesmo quando trazem – e sempre trazem – o selo da cultura e da história social, são investidas pelas emoções do sujeito (...) e essa linguagem traz para cada um a marca de sua própria operação simbolizadora, da sua própria criação ou recriação dos signos linguísticos e culturais (OLIVEIRA, p. 2).

Nem sujeito nem texto têm como relatar o indizível. Nada além de transmiti-lo nas entrelinhas lhes é possível: “[...] é sempre no contexto de uma história que o sujeito vê as coisas” (OLIVEIRA, p. 2). A diferença se impõe aqui entre sujeito e texto, pois do primeiro se espera uma participação, mais ou menos alienada, no contexto da história que faz sua, uma parcela, ainda que mínima, de autoria. Já diante de um texto cujo autor é um outro, é preciso conquistar o Real para fazê-lo seu. Todo texto é capaz de oferecê-lo, alguns de boa, outros de má vontade, mas é marca indelével da escrita, uma porção de escrita que não se lê, embora se possam delimitar contornos. Ler o texto literário do ponto de vista da psicanálise é, portanto, reivindicar uma parcela de autoria, mas uma reivindicação que, não é preciso temer, não tira nada do texto. A perda se dá, ao contrário, do lado do leitor, que deixa cair algo de si a cada vez que, em torno do Real, tenta reler-se. Voltando a Freud (1997a), qualquer tradução seria sempre inexata e incompleta. O furo se mostra, se escreve. Tratar-se-ia, na leitura, de uma elaboração em torno da perda.

Segundo Ram Mandil (2005), o tratamento dado à leitura pela psicanálise parece passível de uma aproximação, ainda que parcial, com o pensamento de um cânone literário, o argentino Jorge Luis Borges. Mandil faz uma breve, porém preciosa menção à crítica de Borges relativa à ascensão dos romances psicológicos. O autor argentino parecia demonstrar preocupação em que o simbólico encobrisse o campo do impossível. (Tomaremos, nesse momento, a liberdade de não nos determos no discernimento preciso entre termos tais como indizível, ilegível, impossível, que, entretanto, mereceriam ser apreciados em suas singularidades, e tomaremos todos eles, para os propósitos dessa exposição, como sinônimos do Real laciano):

Penso que essa consideração pelo impossível pode ser um bom ponto de partida para se pensar as relações entre Literatura e Psicanálise, levando-se em conta tanto o modo como esse impossível se inscreve em cada um desses campos, como também no sentido de se pensar que há um impossível entre eles. Isso contrasta com uma tendência de se construir um terreno entre Literatura e Psicanálise, uma espécie de território híbrido, constituído por elementos e conceitos oriundos de cada lado, gerando um discurso sobre o literário recheado de noções da Psicanálise, e uma visão da psicanálise como modo de estetização da vida (MANDIL, 2005, p. 43).

Embora as discussões a respeito das relações entre literatura e psicanálise em si mesmas não correspondam ao nosso foco de interesse no momento, decidimos inserir a citação de Mandil, pois consideramos, assim como ele, que o lugar do impossível não pode ser apenas descrito, mas tem que ser efetivado no campo da pesquisa. De fato, há distinções a serem feitas, que devem ser sempre mantidas no horizonte, não apenas entre a literatura e a psicanálise, mas que também sirvam para dirimir possíveis confusões entre a teoria da psicanálise e determinadas teorias psicológicas. Ocorre que, ao pararmos sujeito, texto e clínica, faz-se necessária uma explanação: a psicanálise, evidentemente desde Freud, mas certamente, com maior ênfase, a partir do ensino de Lacan, propõe um modo particular de compreender o saber e a relação do sujeito com ele. O saber em geral e, no caso presente, o saber em funcionamento no texto, dizem respeito ao Inconsciente. É preciso atribuir o Inconsciente ao sujeito e, portanto, em relação ao texto, trata-se do Inconsciente do

leitor, que será convocado pela leitura do texto. Esse saber é proposto como um saber do qual nada se sabe, pelo fato de que o Inconsciente não é um fenômeno pré-determinado ou um depositário de conteúdos. O saber que se visa no texto e na análise dos sujeitos é um saber em potencial, que poderá vir a ser construído no mesmo instante em que se empreendem as tentativas, parciais, de sua leitura. O saber Inconsciente se dá, pois, nas tentativas de tradução, que serão, como visto anteriormente, sempre necessariamente incompletas.

Se Lacan (1988) propõe, no funcionamento do Inconsciente, um sujeito suposto saber, o texto se ofereceria como um saber onde se supõe um sujeito.

Essa digressão tem o papel de estabelecer uma diferença entre os efeitos da leitura até aqui tratados e determinadas práticas terapêuticas que se utilizam da leitura literária como instrumento na busca do bem-estar do sujeito. Teoricamente, algumas dessas práticas baseiam-se nas teorias de Freud, não de forma totalmente indevida, a nosso ver. Freud considera que as criações artísticas de um modo geral, aí incluídas as literárias, poderiam produzir alívio das pressões exercidas pela pulsão. Propiciariam um prazeroso levantamento do recalque, possibilitado pelo fato de que aquilo que o sujeito lê ou assiste, se aproxima, mas não lhe pertence de fato, não é “real”. Outros autores e, por vezes, os mesmos, recorrem também à filosofia para tratar da questão da leitura e de suas funções “terapêuticas”:

O texto escrito [...] pode ter aplicabilidade terapêutica, isto é, pode produzir emoções e apaziguá-las, proporcionando a catarse aristotélica – a justa medida dos sentimentos – conduzindo ao equilíbrio necessário à mente infantil; pode produzir o

riso – que transforma a dor em prazer, pode construir identificações nos modelos literários [...] e pode favorecer a compensação – o imaginário suprimindo o real (CALDIN, 2004, p. 84).

Tal forma de “utilização” do texto prevê, ao que parece, um saber a ser dado ao leitor pelo texto, uma complementariedade na qual a realidade atroz fosse compensada com as delícias do imaginário. Essa perspectiva parece se confirmar na opinião da autora Lucélia Paiva:

As histórias podem levar a mudanças, pois auxiliam o indivíduo a enxergar outras perspectivas e distinguir opções de pensamentos, sentimentos e comportamentos, dando oportunidades de discernimento e entendimento de novos caminhos saudáveis para enfrentar dificuldades (PAIVA, [s.d.]).

Sem dúvida, trata-se de efeitos possíveis, mas contrários àquele que temos visado abordar aqui. Pode-se detectar nas citações acima uma espécie de preenchimento de um vazio que, evocando mais uma vez Clarice Lispector, poderia corresponder talvez a um solapamento das entrelinhas, uma sutura das possibilidades de novas significações. Mesmo nos meios analíticos propriamente ditos, pode-se entreouvir, vez ou outra, um testemunho de que determinado livro tenha tido uma função analisadora para alguém. Mas o que isso quereria dizer? Que um escrito, por permitir bordear o Real, teria exercido, ainda que pontualmente, a função de um analista? Por que não? Nesse momento, nos ateremos à pergunta sem ensaiar respondê-la, mas evidente está que, mesmo que tenhamos evitado, recaímos na discussão acerca das relações possíveis (e impossíveis)

entre literatura e psicanálise. Retomaremos o texto de Mandil que, solidário a Borges, marcava o lugar da impossibilidade, vislumbra agora com Michel Foucault um caminho de encontro possível entre os campos do saber. O autor francês lembra a gênese comum da qual surgem a psicanálise e a literatura, qual seja, a descontinuidade da *episteme* ocidental, que originou a modernidade.

Essa ruptura estaria associada a um movimento no interior do campo dos saberes que implicou numa reconsideração da palavra, entendida não apenas como portadora de sentido e carregada de poder de representação, mas, também, como reguladora de um certo número de leis estritas – gramaticais, por exemplo – , por um conjunto de regras que seria “primeira, fundamental e determinante” em relação à palavra (MANDIL, 2005, p. 43).

Na análise de Mandil, essa busca por uma objetividade plena da linguagem teria trazido como efeito rebote compensações que teriam dado origem a vários campos do conhecimento, dos quais três serão ressaltados: a lógica simbólica, que pretende livrar a linguagem de equívoco com o intuito de servir ao discurso científico; um movimento que considera as relações entre a linguagem e as tradições, a memória, as fantasias e o corpo, do qual teriam nascido a psicanálise, a fenomenologia, o estruturalismo e a semiologia; e, por fim, teria surgido a própria literatura, como efeito da redução da linguagem a um objeto. A literatura aqui entendida como prática do puro escrever, a literatura moderna, que teria surgido como uma contestação da filologia.

Buscando romper com a estética considerada tradicional, encontramos também a estética da recepção para a qual os aspectos históricos e sociológicos na recepção do texto têm papel marcante. Essa teoria considera não apenas o contexto no qual se insere o texto, mas também o contexto do leitor. Alguns estudiosos da interface entre literatura e psicanálise avaliam que esse pensamento abre caminho para a abordagem da singularidade do leitor e que, por isso mesmo, seria capaz de se aproximar da psicanálise. É o caso de Analucia Teixeira Ribeiro (2000) que, em seu artigo “O escrever e o ler: prática da letra e o desejo em prática”, apresenta o trabalho de alguns pesquisadores. O destaque é dado a Wolfgang Iser:

Com sua teoria do efeito, Iser coloca o leitor como agente na construção do objeto estético, afirmando que o texto só adquire realidade ao ser lido, o que aponta para uma interação entre a estrutura do texto e a estrutura do ato de ler, ou seja, entre texto e leitor (RIBEIRO, 2000, p. 80).

Retomando, pois, o questionamento feito anteriormente, haveria, então, um efeito que pudéssemos considerar subjetivo, da leitura literária? Essa instigante questão foi expressa de maneira um pouco modificada no artigo inédito de Maria Fernanda Oliveira (2007, artigo não publicado), intitulado “Encucações para os oficineiros que exercitam a literatura num contexto de tratamento”. A autora endereça sua pergunta tanto à psicanálise quanto à literatura e convoca, deste último campo, a importante teórica Regina Zilberman, em suas formulações sobre a literatura infantil. Embora o presente artigo não trate especificamente desse tema, cremos que as construções extraí-

das por Oliveira da teoria literária nos serão valiosas. Intriga a autora o fato de que Zilberman aponte precisamente a literatura como fonte de conhecimento para as crianças, daqueles assuntos de que se veem privadas pelos adultos. A criança se ressentira de uma falta de “realidade social” e justo a ficção lhe viria em auxílio. A autora esclarece que, caso se trate de um texto que permita a reflexão e não de um texto adaptativo ou moralizador, como o são muitos os endereçados ao referido público, o trabalho sobre aquilo que intriga a criança, a conquista de conhecimento sobre o mundo, terá chances de ocorrer.

Porque a ficção, mesmo quando se trata de um pequeno poema, obriga a reunir, a contextualizar, a *mundificar* o que no próprio texto é fragmentário. Mas fragmentário de forma diferente daquela que a criança está acostumada a lidar, no processo de silenciamento de que é alvo. É justamente pelas lacunas que deixa que o texto literário, mais do que qualquer outro, convida o leitor a criar de si aquilo que pode tornar a história plausível, o que faz com que ele dê corpo aos personagens e, mais que isso, dê sentido ao próprio enredo partindo para isso de suas próprias experiências (OLIVEIRA, p. 4).

Práticas de leitura

Será, então, que ler é sempre ler-se? Talvez pudéssemos arriscar uma resposta desde o saber psicanalítico, da forma como se pôde elaborá-lo aqui. Parece que ler o texto literário implicaria antes escrever (- se?). Mas a que se refere esse “a si”? Escrever que porção

de si? Se escrever é fazer um contorno do Real impossível, e se essa escrita propiciará uma leitura de si e do mundo, é preciso não esquecer que nem tudo se escreve e que, daquilo que se escreve, nem tudo se dá a ler. O Real é heterogêneo à escrita e à parcela “oficial” do Eu. Mesmo assim, algo se transmite através da escrita e a recepção desse algo pode ser chamada de leitura, ainda que não comporte a característica de ser compreensível.

Parte considerável dos estudos literários contemporâneos busca ler o texto em referência ao contexto ao qual ele pertence ou pode vir a pertencer, dependendo da possibilidade de memórias correlacionadas ao texto que o leitor seja capaz de ativar, de outros textos. Esse é o caminho apontado por Flávio Martins Carneiro (1999), em artigo intitulado “O que é ler?” O autor afirma que ler é sempre reler porque é lembrar-se de textos já lidos, mas lembrar representando para si próprio alguma coisa já vivida (ou lida). Tal associação será dada pelo próprio texto e por seu possível contexto, que não irá além de certos limites. Não fica o leitor excluído de sua tarefa, pois cabe perguntar qual terá sido o primeiro texto da série a ser rememorada, e isso tem a ver com cada leitor. Mas, infelizmente para nós, o autor aponta aí o limite de seu interesse e do caminho que julga pertinente seguir: “Ir além disso, além dos limites do meu repertório e do repertório do texto, é cair, como já disse, em reflexões extraliterárias” (CARNEIRO, 1999, p. 74). E prossegue, avisando o leitor sobre o risco da “superinterpretação”, conceituada por Umberto Eco. “Interpretar um texto não é *usar* um texto, não é fazer dele apenas um filtro para a expressão de meus conhecimentos, anseios, memórias que não partilham do universo daquele texto específico” (CARNEIRO, 1999, p. 74).

De volta ao artigo de Maria Fernanda Oliveira, notamos que o cuidado com a textualidade não desaparece ao consideramos o fato de que:

Se o texto não privilegia nenhum saber (e aqui podemos pensar: nem o psicanalítico, nem o sociológico, nem o histórico, nem o linguístico, nem mesmo o literário, no sentido de uma teoria específica de seu fenômeno) ele permite, no entanto, que o sujeito projete aí o seu saber e as suas indagações e elabore, nesse espaço próprio para isso mesmo, nessa tela ou tecido a que remete a palavra *texto*, um novo conhecimento de si e do que quer saber. Esse é um direito de quem lê (OLIVEIRA, p. 5).

Roland Barthes, citado no mesmo ponto por Oliveira e Mandil, propõe que a literatura possibilita uma mobilização de saberes que não aspiram a uma totalização: “A literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens” (BARTHES, 1980, p. 19).

Para Lacan, esse seria o verdadeiro “trauma” da condição humana, a saber, o encontro com a linguagem e seus efeitos sobre os modos de satisfação do homem, à medida que esse encontro instaura possibilidades e impossibilidades, inclusive ao nível da representação. Nessa perspectiva, a Psicanálise também poderá se interessar pela Literatura, seja como modo de representação do irrepresentável, seja como demonstração dos modos de acesso ao impossível, fato esse que caracterizaria, para Lacan, a atividade artística (MANDIL, 2005, p. 46).

Trata-se, portanto de uma verificação constante de possibilidades de leitura, pois o Real indelével acossa o homem. Pensamos que as impossibilidades, inerentes às aproximações de saberes distintos, não devem desestimular a busca pelas possibilidades, também presentes nessas mesmas aproximações.

Relançando a discussão sobre os aspectos e efeitos da leitura que motivou esse escrito, relembremos, com o prazer de detectar a causa ainda viva, a proposta de uma prática, denominada de “oficina”, em um ambulatório de saúde mental, no qual alunos e professora de Letras uniram-se a alunos e professora de Psicologia, com o intuito de propor a leitura e a reescrita de textos literários a crianças e adolescentes. Desse trabalho emergiram várias questões, algumas das quais se encontram colocadas no presente artigo e naquele, de Maria Fernanda de Oliveira, anteriormente citado, e ao qual retorno para finalizar:

Ora, na contingência de termos, nós, psicanalistas ou literatos, de ajudar um sujeito a ler a si mesmo, através de textos, devemos, não somente deixar que a literatura opere no sujeito e que ele possa operar seus próprios “saberes”, mas simplesmente assumir algumas limitações, ou simplesmente, delimitações, que nos permitam ter acesso ao que ele diz (OLIVEIRA, p. 7).

Referências:

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1980.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CALDIN, Clarice Fortkamp. A aplicabilidade terapêutica de textos literários para crianças. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2004v9n18p72>.

CARNEIRO, Flávio Martins. O que é ler? *Contexto*, Vitória, ano VII, n. 6, p. 67-76, 1999.

CRESPINO, Noêmia Santos. *Modernidade e declínio do pai: uma abordagem psicanalítica*. Vitória: Edufes, 2003.

FREUD, Sigmund. Carta 52. In: _____. *Obras completas*. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1977a. v. I.

FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Obras completas*. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1977b. v. V.

FREUD, Sigmund. O ego e o Id. In: _____. *Obras completas*. Edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1977c. v. XIX.

GODIN, Jean-Guy. Notas acerca da leitura de um texto literário no discurso analítico. *Letra Freudiana*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 26, 2000.

LACAN, Jacques. *O seminário: Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MANDIL, Ram. Literatura e psicanálise: modos de aproximação. *Aletria*, Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Maria Fernanda A. P. Encucações para os oficinairos que exercitam a literatura em um contexto de tratamento. [Texto Inédito].

PAIVA, Lucélia Elizabeth. Biblioterapia. Disponível em: <<http://www.luceliapaiva.psc.br/BIBLIOTERAPIA.html>>.

RIBEIRO, Analucia Teixeira. O escrever e o ler: prática da letra e desejo em prática. *Letra Freudiana*, Rio de Janeiro, ano XIX, n. 26, 2000.

Recebido em 15 de fevereiro de 2013

Aprovado em 29 de maio de 2013